



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 PROCESSO Nº 35.334/2025				
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA				
09h 00min do dia 08/06/2026				
Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes				
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO				
R\$ 279.965,41 (Duzentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)				
Legislação	Registro de Preços	Instrumento Contratual		Critério de Julgamento
14.133/2021	Não	Nota de Empenho/Contrato		MENOR PREÇO
Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva Cota ME/EPP	Vistoria	Exige Amostra ou Demonstração	Modo de Disputa
Sim	Não	Não	Não	Aberto
Pedido de Esclarecimento e Impugnações				
Até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura da sessão pública, para os endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e rosiana.pesch@paranagua.pr.gov.br ou demais condições do Edital.				
Observações Gerais				
<p>O pregão será realizado exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações: www.compras.gov, para o recebimento de propostas, abertura, disputa de preços e demais atos;</p> <p>O edital está disponível para download nos sítios eletrônicos: www.paranagua.pr.gov.br, (Portal de Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações), www.compras.gov “Acesso Identificado” e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Compras Públicas)</p> <p>Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Rosiana do Rocio Pereira Pesch, designada pelo Decreto Municipal n.º 1.203/2025.</p> <p>E-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e rosiana.pesch@paranagua.pr.gov.br Telefones: (41) 3721-1810 Endereço: Rua Júlia da Costa, nº 322 – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná</p> <p>O atendimento será feito das 08h00min às 11 h e das 13h00min às 18 h, dias úteis, horário de Brasília – DF.</p>				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO [compras.gov](https://compras.gov.br)
8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
9. DOS CRITÉRIOS EXCLUSIVOS PARA ME, PP E MEI
10. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS
11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
13. DA NEGOCIAÇÃO
14. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
16. DAS AMOSTRAS
17. DA HABILITAÇÃO
18. DOS RECURSOS
19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
20. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO
21. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
22. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL
23. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO
24. DAS SANÇÕES
25. FRAUDE E CORRUPÇÃO
26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
29. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO
30. MEDIDAS ACAUTELADORAS
31. DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXOS DO EDITAL

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
- ANEXO III – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º – INCISO XXXIII
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

PROCESSO Nº 35334/2025 – Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Governo, por intermédio da Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.203/2025, publicado no DOMP em data de 04/09/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor total do lote, visando a **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº **35334/2025** e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2024 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “compras.gov.br”, constante da página eletrônica do “compras.gov.br”, coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/pncp/pt-br, conforme datas e horários definidos:

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09:00H DO DIA 08/06/2026
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1.5. O Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Governo, Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 08:00 às 11h00m às 13:00 às 18:00 h, nos dias úteis, e disponíveis para download no sites: www.paranagua.pr.gov.br (**Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações**), www.compras.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br (**Portal Nacional de Contratações Públicas**).

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes**, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência.

2.2. A licitação será dividida em 29 (vinte e nove) itens, conforme tabela constante do item 03 deste edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

3. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em **R\$ 279.965,41 (Duzentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)**, para quantitativo constante na tabela a seguir.

3.2. São fixados os seguintes preços máximos por lote, conforme descrito na tabela abaixo constante:

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE				
ITEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BEBEDOURO DE PRESSÃO - Bebedouro de pressão de alto rendimento, com capacidade mínima de 4 litros/horas de água gelada. Modelo coluna, com filtro interno de carvão ativado. Gabinete em aço inoxidável, reservatório e tampo em aço inox. Conexões internas atóxicas. Reservatório com serpentina de cobre externa. Duas torneiras de pressão em latão cromadas, uma de jato para a boca e outra para o copo, com regulagem de jato. Dreno para a limpeza da cuba. Ralo com sistema para impedir odores provenientes do esgoto, com termostato para controle automático de temperatura da água. Medidas mínimas (l x a x p) 29 x 103 x 26cm. Refrigeração por Compressor com gás que não agreda o meio ambiente, silencioso, baixo consumo de energia. O produto deverá possuir o certificado do INMETRO, manual de instrução em português, assistência técnica local e selo de eficiência energética "a" preferencialmente. Voltagem bivolt ou 127 v. Garantia mínima de 12 meses.	02	R\$ 1.135,98	R\$ 2.271,96
02	NOTEBOOK – Especificações Técnicas Mínimas Processador : Deverá possuir processador Intel® Core™ i5-1345U SIPP, ou superior. Memória RAM : Deverá possuir, no mínimo, 16 GB de memória DDR5, 5600 MT/s; deverá permitir expansão para, no mínimo, 32 GB, com suporte a <i>dual channel</i> ativado. Armazenamento : Deverá possuir unidade de estado sólido (SSD) com capacidade mínima de 256 GB. Tela : Deverá possuir tela LED <i>widescreen</i> , com tamanho mínimo de 15" (quinze polegadas); Resolução mínima: Full HD (1920 x 1080 pixels); Brilho mínimo: 250 nits; Tecnologia: IPS; Acabamento: <i>Anti-Glare</i> (antirreflexo). Áudio e Vídeo : Deverá possuir 1 (uma) saída de vídeo digital HDMI; Deverá possuir 1 (um) conector combinado para microfone, fone de ouvido e alto-falantes estéreo. Conectividade : Deverá possuir, no mínimo, 3 (três) portas USB tipo A, sendo pelo menos 2 (duas) compatíveis com USB 3.2; Deverá possuir interface <i>Wireless</i> integrada, padrão Wi-Fi; Deverá possuir <i>Bluetooth</i> versão mínima 5.0. Recursos Integrados : Webcam integrada ao gabinete; Microfone integrado ao gabinete. Sistema Operacional e Softwares : Deverá acompanhar licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível; deverá acompanhar licença original do Microsoft Office Home & Business 2024, Part Number: EP2-06610 (ou equivalente oficial fornecido pela Microsoft).	08	R\$ 6.666,52	R\$ 53.332,16
03	COMPUTADOR – Especificações Técnicas - Processador: Intel® Core™ i5-14500T vPro® de 14ª geração; Memória RAM: 16 GB instalados Armazenamento: SSD de 512 GB; Gabinete: Tipo <i>mini desktop</i> (formato reduzido), com volume máximo de 1,2 L; Fonte de Alimentação: Fonte externa AC bivolt automática (100–240V). Periféricos: Teclado: Padrão ABNT-II, conexão USB, com teclas de atalho do Microsoft Windows; cabo de no mínimo 1,5 m de comprimento. Mouse Óptico: Conexão USB, com leitor biométrico integrado e 3 botões. Sistema Operacional: Licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível. Monitor: Tecnologia LCD, na cor preta; Tamanho mínimo: 21,5"; Resolução: 1920 x 1080 pixels, 60 Hz; Conectividade mínima: 1x DisplayPort, 1x VGA, 1x HDMI e 4x USB 5 Gbps; Acessórios incluídos: cabo de alimentação, cabo DisplayPort (mínimo 1,7 m), cabo USB 5 Gbps e cabo HDMI. Observação: Não serão aceitos monitor, teclado ou mouse produzidos em regime OEM ou personalizados. Estes deverão ser manufaturados pelo mesmo fabricante do computador.	05	R\$ 6.889,53	R\$ 34.447,65
04	Tela de Projeção - Estrutura em alumínio, tipo tripé, tipo profissional, tipo ajuste de tela retrátil automático, cor branca, altura aproximada 1,50 x 1,50. garantia de 12 meses.	02	R\$ 640,31	R\$ 1.280,62
05	Projeto - Projetor multimídia com HDMI com no mínimo 3000 lumens de potência.	01	R\$ 3.374,05	R\$ 3.374,05
06	Caixa de som amplificada - Potência mínima 900 rms, alto falante 15", canais de entrada 3 canais independentes. canal 1 bluetooth/usb/fm e auxiliar - rca. canal 2 mic - p10. canal 3 mic - p10. garantia 12 meses. Bivolt.	01	R\$ 1.252,67	R\$ 1.252,67
07	Microfone sem fio dinâmico, transmissor blx2/pg58 (saída rf 10 mw típico- depende da região; exigência de energia 2x lr6 pilhas aa, 1,5 v alcalinas; resposta de frequência de 60 hz a 15 khz; eletromagnética hum sensibilidade 26 db spl equivalente em um campo de uma millioersted - 60hz); receptor blx4 (saída xlr 1x; 1x ¼ - 6,35 mm - de saída).	03	R\$ 3.939,96	R\$ 11.819,88
08	Rádio Comunicador - rádio comunicador profissional. kit com 04. Voltagem 127/220.	01	R\$ 283,82	R\$ 283,82
09	Longarina executiva com 3 lugares - Longarina executiva com 3 lugares sem braços modelo corsa injetados. material em tecido ou curvim com espuma injetada. cor preto.	04	R\$ 1.020,09	R\$ 4.080,36
10	PERSIANA VERTICAL PVC 180CM 1,30CM inclusa instalação e com garantia de no mínimo 12 meses.	25 m2	R\$ 216,83	R\$ 5.420,75
11	PALCO PRATICÁVEL AÇO 2MX1 C/ PÉS TELESCÓPICOS 60-90CM.	05	R\$ 1.613,33	R\$ 8.066,65
12	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 18000 BTUS – Garantia Mínima de 12 meses.	04	R\$ 3.570,45	R\$ 14.281,80
13	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000 BTUS – Garantia Mínima de 12 meses.	04	R\$ 4.751,93	R\$ 19.007,72
14	KIT TATAME EMBORRACHADO EM EVA nas medidas 50x50 – com espessura mínima de 10mm- com 12 peças. Cores sortidas.	03	R\$ 123,50	R\$ 370,50
15	CAFETEIRA ELÉTRICA PARA O MÍNIMO 20 XÍCARAS com dispositivo corta pingos, com jarra de vidro refratário com placa de aquecimento com colher dosadora reservatório com graduação	02	R\$ 192,97	R\$ 385,94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	de nível de água com porta filtro removível, interruptor liga/desliga (luz piloto), jarra graduada com indicação de nível de água, potência mínima 600w, com termo fusível, cor preta. O produto deverá possuir o certificado do INMETRO, manual de instrução em português, assistência técnica autorizada. Voltagem bivolt ou 110 v. Garantia mínima de 12 meses.			
16	FRIGOBAR com capacidade mínima para 79 litros, com congelador, prateleira interna removível, com altura ajustável categoria energética "A". Voltagem bivolt cor: branco. Garanti de 12 meses.	01	R\$ 1.338,00	R\$ 1.338,00
17	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS confeccionado em chapa de aço 26 (0,45mm) laminada. Parte superior em chapa 24 90,60 mm. Gavetas deslizantes por patins de nylon. Porta etiquetas estampado em cada gaveta. Sistema de ventilação com furos para a circulação de ar. Fechadura cilíndrica tipo Yale com fechamento simultâneo das gavetas. Tratamento anticorrosivo. Comporta 30 a 40 pastas (ou 25kg) por gaveta. Profundidade mínima do arquivo: 50cm. Cor cinza e gavetas coloridas.	04	R\$ 986,50	R\$ 3.946,00
18	PUFF , formato pera, anatômico, tamanho cheio, cor a definir, medindo no mínimo 110 x 80 cm (A x L). Tecido de couro sintético impermeável, antialérgico, de alta resistência, cursor e feche níquelado. Acompanha enchimento interno de flocos de espuma, com zíper invisível e costura reforçada. Peso cheio aproximadamente 5kg.	06	R\$ 197,56	R\$ 1.185,36
19	POLTRONA DE OBESO PARA AUDITÓRIO . Poltrona auditório Modelo Obeso (250kg) Retrátil, Braço Duplo, Prancheta Melamínico Preta, Revestida em Poliéster com montagem inclusa. Documentos a serem apresentados junto a proposta: Laudo Técnico emitido por Ergonomista, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, conforme Norma Regulamentadora NR 17, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende. Deve possuir também, a Documentação comprobatória e respectiva assinatura do profissional responsável pela análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante.	03	R\$ 5.574,53	R\$ 16.723,59
20	TENDA SANFONADA MEDINDO NO MÍNIMO 3 X 3 METROS , confeccionada em lona de PVC impermeável, estrutura metálica em aço galvanizado, peças soldadas por solda sistema MIG, armados em forma de sanfona e unidas por parafusos em conexões de aço e com galvanização em sistema de alta resistência. Pés de sustentação com 3 regulagem, máximo de altura 1,80 m a 2,10 m. Cor d Lona a definir.	01	R\$ 1.053,00	R\$ 1.053,00
21	POLTRONA PADRÃO PARA O AUDITÓRIO . Poltrona auditório, Retrátil, Braço Duplo, Prancheta Melamínico Preta embutida, Espuma Injetada, Estrutura Preta, Revestida em Poliéster com montagem inclusa. Documentos a serem apresentados: Laudo Técnico emitido por Ergonomista, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, conforme Norma Regulamentadora NR 17, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende. Deve possuir também, a Documentação comprobatória e respectiva assinatura do profissional responsável pela análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante.	48	R\$ 1.457,34	R\$ 69.952,32
22	Smart TV 32" Wi-Fi HDMI Smart TV 32" HD WiFi, Bluetooth, HDR, ThinQ AL, Google, Alexa. Garantia Mínima de 12 meses.	02	R\$ 1.302,31	R\$ 2.604,62
23	Smart TV a partir de 42" , Wi-Fi, HDMI, TELA LED, CONTROLE REMOTO, USB. Garantia Mínima de 12 meses.	01	R\$ 1.543,93	R\$ 1.543,93
24	Fogão com 04 bocas uso doméstico na cor branca com acendimento automático total. Mesa sobreposta ao painel e selada com inox. Botões removíveis. Tampa de vidro temperado. Capacidade mínima do forno 56 litros. Classificação eficiência energética inmetro "a" em consumo de gás. Queimadores com capa esmaltada. Mesa sobreposta ao painel e selada com inox. Forno autolimpante, vidro duplo na porta do forno. Pés altos e resistentes, válvula de segurança que corta a saída de gás caso a chama do forno se apague acidentalmente. O produto deverá possuir certificado do inmetro, manual de instrução em português, assistência técnica autorizada e selo de eficiência energética "a", preferencialmente. Voltagem bivolt ou 110 v. Garantia mínima de 12 meses.	01	R\$ 955,88	R\$ 955,88
25	Mesa reta econômica em MDP ou MDF mínimo 18 mm , com medidas mínimas de 1,50m de comprimento, 0,70m de largura e 0,74 de altura, produzida em painel de madeira no PADRÃO PRETO , tampo com espessura mínima de 18mm e pés em aço, com 3 gavetas com chaves padrão escritório.	08	R\$ 614,98	R\$ 4.919,84
26	Mesa reta econômica em MDP ou MDF mínimo 18 mm , com medidas mínimas de 1,50m de comprimento, 0,70m de largura e 0,74 de altura, produzida em painel de madeira no PADRÃO COLORIDAS , tampo com espessura mínima de 15mm e pés em aço, com 3 gavetas com chaves padrão escritório.	08	R\$ 614,98	R\$ 4.919,84
27	Armário para escritório, material MDP ou MDF, espessura mínima 18mm , cor a definir, dimensões mínimas: altura 1,58m x largura 0,75 cm x profundidade 0,38 cm, 2 portas, com chaves e prateleiras.	08	R\$ 908,11	R\$ 7.264,88
28	Nicho organizador com 9 gavetas branco/colorido . Descrição: nicho organizador; cor branco e diversas, Largura x comprimento: 108 cm x 33,5 cm, altura total 83 cm, quantidade de gavetas: 09.	02	R\$ 784,48	R\$ 1.568,96
29	Mesa retangular para reunião em MDF de 40 mm , acabamento em fita, medidas mínimas: 2,00 x 1,00 x 0,75 m, estrutura metálica tubular na cor preta. pé painel em MDP BP 25mm com borda em PVC 0,45mm. Cor a se definir. Garantia no mínimo de 01 (um) ano.	02	R\$ 1.156,33	R\$ 2.312,66
			R\$ 279.965,41	

3.3. Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes Dotações Orçamentária vigente para o exercício de 2026.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**
- 4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimento sobre seus termos ou para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento devem ser realizados por meio dos endereços eletrônicos: rosiana.pesch@paranagua.pr.gov.br e cpl@paranagua.pr.gov.br. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura do Município de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br (**Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações**), www.compras.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br (**Portal Nacional de Contratações Públicas**), para ciência de todos os interessados.
- 5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.5. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Não será admitida na presente licitação a participação de pessoas jurídicas que não se qualifiquem como microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 6.1.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Provedor do Sistema, através dos sites: www.compras.gov.br (Compras Gov) e www.gov.br/pncp/pt-br (**Portal Nacional de Contratações Públicas**).
- 6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. A empresa de pequeno porte ou microempresa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através de Certidão expedida pela Junta Comercial ou mediante apresentação de Declaração assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com a legislação vigente, que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

6.5.1. A Certidão, ou a Declaração, mencionada no item anterior deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da empresa.

6.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.6. É vedada a participação de licitantes que:

- a) não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sejam Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoas físicas ou jurídicas, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) sejam empresas isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresas da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) sejam pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, proibidas de participar de licitação em decorrência de sanção que lhes foi imposta;
- e) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) sejam pessoas físicas ou jurídicas que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) sejam Agentes Públicos do Órgão ou Entidade licitante;
- i) sejam Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- j) se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- k) sejam Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do artigo 12 da IN/SEGES nº 05/2017);
- l) estejam constituídas sob a forma de consórcio.

6.6.1. O impedimento de que trata a alínea 'h' do item 6.6, também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6.4. O disposto nas alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.6.5. A vedação de que trata alínea 'h' do item 6.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.6.6. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desta licitação desde que comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

6.6.7. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, pelas seguintes justificativas:

a) A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;

b) A participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for "de alta complexidade ou de grande vulto econômico", situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

6.7. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

6.8. A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

7. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV

7.1. Poderão participar deste certame as interessadas estabelecidas no País, que estiverem previamente credenciados no sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Para ter acesso ao sistema www.compras.gov.br os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas no Portal de www.ompras.gov.br.

7.3. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema (www.compras.gov.br) ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4.1. A não observância do disposto nesse item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.5. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.6. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, a época do credenciamento abreviações "ME", "EPP", a sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.6.1. Caso o licitante já seja cadastrado no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema www.compras.gov.br.

7.6.2. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; A obtenção do benefício a que se refere o item 6.6 fica limitada as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.7. A comprovação de que trata o subitem 7.6, quanto a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- Contrato social, registrado na Junta Comercial, constando a condição ME ou EPP;
- Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site.compras.gov.

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

9. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site www.compras.gov.br, a partir da liberação do Edital, até as **09h00 do dia 08 de junho de 2026**, horário de Brasília-DF.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.6. As propostas **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE** (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A partir das **09h00 horas do dia 08 de junho de 2026**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.compras.gov.br, será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Aberta a sessão, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor do lance.

11.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço do item, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceito dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

11.5. Foi estipulado o intervalo mínimo de R\$ 10,00 (Dez reais) reais de diferença entre lances para o certame.

11.6. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente a plataforma www.compras.gov.br.

11.7. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, é vedada a identificação do ofertante até o encerramento dos lances.

11.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

11.9.1. O modo **"aberto"** combina ambos, iniciando com fase aberta, seguida por uma fase fechada e final com os melhores classificados.

11.10. A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

11.11. Realizada a diligência, a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento a sessão pública.

11.12. Se ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.13. Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá início somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: www.compras.gov

11.14. Caso o licitantes não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.15. Após a fase de lances, o procedimento de 'empate' será detectado automaticamente pelo sistema, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. O licitante que ofertou o menor preço deverá enviar, via sistema, através de campo próprio no www.compras.gov.br, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) Proposta de preço final, conforme solicitado no item 13.2 deste edital.
- b) Documentos de habilitação, conforme solicitado no item 16 deste edital.

13.2. A proposta de preço final do licitante que apresentou o menor preço deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Portal www.compras.gov.br, em formato PDF, e conter, ainda:

- a) PRAZO DE VALIDADE, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.**
- b) DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ITEM, de acordo com o Termo de Referência do Edital;**
- c) MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE e MODELO (quando for o caso);**
- d) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM;**
- e) PREÇO TOTAL DA PROPOSTA;**
- e) NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA, DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA PARA PAGAMENTO E E-MAIL OFICIAL PARA COMUNICAÇÃO;**

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos.

13.4. A proposta de preço final deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa de lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver).

13.5. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:

- Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

13.6. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.7. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

13.8. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

13.9. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, a Pregoeira examinará as propostas classificadas quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

14.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

14.6. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.7. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.7.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

14.7.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.7.6. Pesquisa de preço com fornecedores, atacadistas, fabricantes, Atas de vários estados.

14.7.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

14.7.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.8. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 14.11.d.

14.9. Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.10. No julgamento das propostas, a Pregoeira poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

14.11. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em propostas das demais proponentes;
- c) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d) Com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
- e) Que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
- f) Que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

15. DAS AMOSTRAS

15.1. Não será necessária a apresentação de amostras.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em

órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

16.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

16.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

16.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

16.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

16.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

16.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

16.5.1. À habilitação jurídica;

16.5.2. À qualificação econômico-financeira;

16.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

16.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:

16.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

16.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

16.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

16.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

16.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

16.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

16.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

16.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

16.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

16.12. Qualificação Técnica

16.12.1. Comprovante de fornecimento dos itens de maior relevância, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas dentro de um período de 12 (doze) meses, considerando a validade da ata, que também é de 12 (doze) meses;

16.12.2. Comprovação através de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que atua no ramo de atividades com fornecimento anterior com características técnicas, em quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste procedimento licitatório conforme exigido em edital.

16.12.3. A licitante deverá ter como linha de fornecimento atividade compatível e similar ao objeto da presente licitação.

16.13. Documentação complementar:

16.13.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo V);

16.13.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Anexo VI);

16.13.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

16.13.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Anexo VIII);

16.13.5. Declaração de Idoneidade;

16.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa.

16.15. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo contratual.

17. DOS RECURSOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

17.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. Na elaboração da decisão acerca do recurso, a Pregoeira e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

17.10. Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal www.compras.gov.br, para obter a resposta ao recurso apresentado.

17.11. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerrada a fase de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que nos termos do art. 71, da Lei Federal Nº 14.133/21 poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do § 2º do art. 71 da Lei 14.133/21;
- c) proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. A pregoeira encaminhará o processo para adjudicação da Autoridade Competente, sempre que não houver recurso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

18.2.1. a adjudicação dos itens e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderão ser realizadas depois do encaminhamento do processo para adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a).

18.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

18.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela autoridade competente.

19. FORMA DE ENTREGA

19.1. Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias contados da publicação por parte da CONTRATANTE, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação da contratada, devidamente fundamentado e autorizado pela Secretaria.

19.2. A CONTRATADA deverá agendar data e horário para entrega do objeto junto a(o) fiscal do contrato, pelo telefone da Secretaria responsável com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, podendo ser realizada a critério da CONTRATANTE;

19.3. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

19.4. Caso os itens não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela administração.

19.6. Os itens serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no termo de referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

19.7. Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. O objeto que forem recusados, a critério da Administração, deverá ser substituído, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

19.8. Se a entrega e/ou a substituição dos itens não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato.

19.9. Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

19.8. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

22. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

22.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante ordem bancária;

22.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta a CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

22.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

22.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;

22.5. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que seja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

23. DAS SANÇÕES

23.1. A aplicação de penalidades às licitantes e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

23.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;

b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

23.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

23.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no item 24.2.3 será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 anos;

23.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 5% do valor do contrato.
- b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 10% do valor do contrato.
- c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 a multa será de 5% do valor do contrato.
- d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 acima, de 10% do valor do contrato.
- e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- f) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20%. A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

23.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

23.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

23.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

23.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

23.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

24. FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

25.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

25.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

25.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

25.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1. Executar o fornecimento dos itens de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 2 do Termo de Referência.

26.2. Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o item que vier a ser recusado;

26.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

26.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento, nos termos da legislação vigente, e efetuar os de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

26.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;

26.6. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos materiais, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

26.7. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021;

26.8. se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação bem como encontrar-se em irregularidade perante o INSS e FGTS;

26.9. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados a CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

26.10. A CONTRATADA deverá substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.

26.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.

27. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

27.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

27.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

27.3. Comunicar, por escrito, à contratada qualquer irregularidade verificada no objeto fornecido;

27.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

27.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

28. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO

28.1. Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, será indicado:

FISCAL: Maria de Lourdes da Silva, matrícula 10360;

29. MEDIDAS ACAUTELADORAS

29.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

30.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

30.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

30.4. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

30.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

30.6. É facultado a Pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

30.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

30.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelos aplicativos: www.paranagua.pr.gov.br (**Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações**), www.compras.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br (**Portal Nacional de Contratações Públicas**).

30.11. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

30.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

30.13. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.

30.14. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

30.15. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações), www.compras.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 21 de maio de 2026.

Carolina de Miranda Evangelista Lourenço

Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Procedimento de licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, referente a **EQUIPAGEM DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS** de acordo com o Convênio 950698/2023 firmado entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Município de Paranaguá em atendimento à **Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial** conforme especificado neste Termo de Referência;

1.2. Prazo do contrato/ata: O contrato terá vigência de 01 ano, contados a partir da data de assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DO PREÇO

2.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme quadro 1 abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO - Bebedouro de pressão de alto rendimento, com capacidade mínima de 4 litros/horas de água gelada. Modelo coluna, com filtro interno de carvão ativado. Gabinete em aço inoxidável, reservatório e tampo em aço inox. Conexões internas atóxicas. Reservatório com serpentina de cobre externa. Duas torneiras de pressão em latão cromadas, uma de jato para a boca e outra para o copo, com regulagem de jato. Dreno para a limpeza da cuba. Ralo com sistema para impedir odores provenientes do esgoto, com termostato para controle automático de temperatura da água. Medidas mínimas (l x a x p) 29 x 103 x 26cm. Refrigeração por Compressor com gás que não agride o meio ambiente, silencioso, baixo consumo de energia. O produto deverá possuir o certificado do INMETRO, manual de instrução em português, assistência técnica local e selo de eficiência energética "a" preferencialmente. Voltagem bivolt ou 127 v. Garantia mínima de 12 meses.	02	R\$ 1.135,98	R\$ 2.271,96
2	NOTEBOOK – Especificações Técnicas Mínimas Processador: Deverá possuir processador Intel® Core™	08	R\$ 6.666,52	R\$ 53.332,16



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	i5-1345U SIPP, ou superior. Memória RAM: Deverá possuir, no mínimo, 16 GB de memória DDR5, 5600 MT/s; deverá permitir expansão para, no mínimo, 32 GB, com suporte a <i>dual channel</i> ativado. Armazenamento: Deverá possuir unidade de estado sólido (SSD) com capacidade mínima de 256 GB. Tela: Deverá possuir tela LED <i>widescreen</i> , com tamanho mínimo de 15" (quinze polegadas); Resolução mínima: Full HD (1920 x 1080 pixels); Brilho mínimo: 250 nits; Tecnologia: IPS; Acabamento: <i>Anti-Glare</i> (antirreflexo). Áudio e Vídeo: Deverá possuir 1 (uma) saída de vídeo digital HDMI; Deverá possuir 1 (um) conector combinado para microfone, fone de ouvido e alto-falantes estéreo. Conectividade: Deverá possuir, no mínimo, 3 (três) portas USB tipo A, sendo pelo menos 2 (duas) compatíveis com USB 3.2; Deverá possuir interface <i>Wireless</i> integrada, padrão Wi-Fi; Deverá possuir <i>Bluetooth</i> versão mínima 5.0. Recursos Integrados: Webcam integrada ao gabinete; Microfone integrado ao gabinete. Sistema Operacional e Softwares: Deverá acompanhar licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível; deverá acompanhar licença original do Microsoft Office Home & Business 2024, Part Number: EP2-06610 (ou equivalente oficial fornecido pela Microsoft).			
3	COMPUTADOR – Especificações Técnicas - Processador: Intel® Core™ i5-14500T vPro® de 14ª geração; Memória RAM: 16 GB instalados Armazenamento: SSD de 512 GB; Gabinete: Tipo <i>mini desktop</i> (formato reduzido), com volume máximo de 1,2 L; Fonte de Alimentação: Fonte externa AC bivolt automática (100–240V). Periféricos: Teclado: Padrão ABNT-II, conexão USB, com teclas de atalho do Microsoft Windows; cabo de no mínimo 1,5 m de comprimento. Mouse Óptico: Conexão USB, com leitor biométrico integrado e 3 botões. Sistema Operacional: Licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível. Monitor: Tecnologia LCD, na cor preta; Tamanho mínimo: 21,5"; Resolução: 1920 x 1080 pixels, 60 Hz; Conectividade mínima: 1x DisplayPort, 1x VGA, 1x HDMI e 4x USB 5 Gbps; Acessórios inclusos: cabo de alimentação, cabo DisplayPort (mínimo 1,7 m), cabo USB 5 Gbps e cabo HDMI. Observação: Não serão aceitos monitor, teclado ou mouse produzidos em regime OEM ou personalizados. Estes deverão ser manufaturados pelo mesmo fabricante do computador.	05	R\$ 6.889,53	R\$ 34.447,65
4	Tela de Projeção - Estrutura em alumínio, tipo tripé, tipo profissional, tipo ajuste de tela retrátil automático, cor branca, altura aproximada 1,50 x 1,50. garantia de 12 meses.	02	R\$ 640,31	R\$ 1.280,62
5	Projeter - Projetor multimídia com HDMI com no mínimo 3000 lumens de potência.	01	R\$ 3.374,05	R\$ 3.374,05
6	Caixa de som amplificada - Potência mínima 900 rms, alto falante 15", canais de entrada 3 canais independentes. canal 1 bluetooth/usb/fm e auxiliar – rca. canal 2 mic – p10.	01	R\$ 1.252,67	R\$ 1.252,67



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	canal 3 mic – p10. garantia 12 meses. Bivolt.			
7	Microfone sem fio dinâmico, transmissor blx2/pg58 (saída rf 10 mw típico- depende da região; exigência de energia 2x lr6 pilhas aa, 1,5 v alcalinas; resposta de frequência de 60 hz a 15 khz; eletromagnética hum sensibilidade 26 db spl equivalente em um campo de uma millioersted - 60hz); receptor blx4 (saída xlr 1x; 1x ¼ - 6,35 mm – de saída).	03	R\$ 3.939,96	R\$ 11.819,88
8	Rádio Comunicador - rádio comunicador profissional. kit com 04. Voltagem 127/220.	01	R\$ 283,82	R\$ 283,82
9	Longarina executiva com 3 lugares - Longarina executiva com 3 lugares sem braços modelo corsa injetados. material em tecido ou curvim com espuma injetada. cor preto.	04	R\$ 1.020,09	R\$ 4.080,36
10	PERSIANA VERTICAL PVC 180CM 1,30CM inclusa instalação e com garantia de no mínimo 12 meses.	25 m2	R\$ 216,83	R\$ 5.420,75
11	PALCO PRATICÁVEL AÇO 2MX1 C/ PÉS TELESCÓPICOS 60-90CM.	05	R\$ 1.613,33	R\$ 8.066,65
12	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 18000 BTUS – Garantia Mínima de 12 meses.	04	R\$ 3.570,45	R\$ 14.281,80
13	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000 BTUS – Garantia Mínima de 12 meses.	04	R\$ 4.751,93	R\$ 19.007,72
14	KIT TATAME EMBORRACHADO EM EVA nas medidas 50x50 – com espessura mínima de 10mm- com 12 peças. Cores sortidas.	03	R\$ 123,50	R\$ 370,50
15	CAFETEIRA ELÉTRICA PARA O MÍNIMO 20 XÍCARAS com dispositivo corta pingos, com jarra de vidro refratário com placa de aquecimento com colher dosadora reservatório com graduação de nível de água com porta filtro removível, interruptor liga/desliga (luz piloto), jarra graduada com indicação de nível de água, potência mínima 600w, com termo fusível, cor preta. O produto deverá possuir o certificado do INMETRO, manual de instrução em português, assistência técnica autorizada. Voltagem bivolt ou 110 v. Garantia mínima de 12 meses.	02	R\$ 192,97	R\$ 385,94
16	FRIGOBAR com capacidade mínima para 79 litros, com congelador, prateleira interna removível, com altura ajustável categoria energética “A”. Voltagem bivolt cor: branco. Garanti de 12 meses.	01	R\$ 1.338,00	R\$ 1.338,00
17	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS confeccionado em chapa de aço 26 (0,45mm) laminada. Parte superior em chapa 24 90,60 mm. Gavetas deslizantes por patins de nylon. Porta etiquetas estampado em cada gaveta. Sistema de ventilação com furos para a circulação de ar. Fechadura cilíndrica tipo Yale com fechamento simultâneo das gavetas. Tratamento anticorrosivo. Comporta 30 a 40 pastas (ou 25kg) por gaveta. Profundidade mínima do arquivo: 50cm. Cor cinza e gavetas coloridas.	04	R\$ 986,50	R\$ 3.946,00
18	PUFF , formato pera, anatômico, tamanho cheio, cor a definir, medindo no mínimo 110 x 80 cm (A x L). Tecido de couro sintético impermeável, antialérgico, de alta resistência, cursor e feche niquelado. Acompanha	06	R\$ 197,56	R\$ 1.185,36



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	enchimento interno de flocos de espuma, com zíper invisível e costura reforçada. Peso cheio aproximadamente 5kg.			
19	POLTRONA DE OBESO PARA AUDITÓRIO. Poltrona auditório Modelo Obeso (250kg) Retrátil, Braço Duplo, Prancheta Melamínico Preta, Revestida em Poliéster com montagem inclusa. Documentos a serem apresentados junto a proposta: Laudo Técnico emitido por Ergonomista, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, conforme Norma Regulamentadora NR 17, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende. Deve possuir também, a Documentação comprobatória e respectiva assinatura do profissional responsável pela análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante.	03	R\$ 5.574,53	R\$ 16.723,59
20	TENDA SANFONADA MEDINDO NO MÍNIMO 3 X 3 METROS, confeccionada em lona de PVC impermeável, estrutura metálica em aço galvanizado, peças soldadas por solda sistema MIG, armados em forma de sanfona e unidas por parafusos em conexões de aço e com galvanização em sistema de alta resistência. Pés de sustentação com 3 regulagem, máximo de altura 1,80 m a 2,10 m. Cor d Lona a definir.	01	R\$ 1.053,00	R\$ 1.053,00
21	POLTRONA PADRÃO PARA O AUDITÓRIO. Poltrona auditório, Retrátil, Braço Duplo, Prancheta Melamínico Preta embutida, Espuma Injetada, Estrutura Preta, Revestida em Poliéster com montagem inclusa. Documentos a serem apresentados: Laudo Técnico emitido por Ergonomista, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, conforme Norma Regulamentadora NR 17, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende. Deve possuir também, a Documentação comprobatória e respectiva assinatura do profissional responsável pela análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante.	48	R\$ 1.457,34	R\$ 69.952,32
22	Smart TV 32" WI-Fi HDMI Smart TV 32" HD Wi-Fi, Bluetooth, HDR, ThinQ AL, Google, Alexa. Garantia Mínima de 12 meses.	02	R\$ 1.302,31	R\$ 2.604,62
23	Smart TV a partir de 42" , WI-FI, HDMI, TELA LED, CONTROLE REMOTO, USB. Garantia Mínima de 12 meses.	01	R\$ 1.543,93	R\$ 1.543,93
24	Fogão com 04 bocas uso doméstico na cor branca com acendimento automático total. Mesa sobreposta ao painel e selada com inox. Botões removíveis. Tampa de vidro temperado. Capacidade mínima do forno 56 litros. Classificação eficiência energética inmetro "a" em consumo de gás. Queimadores com capa esmaltada. Mesa sobreposta ao painel e selada com inox. Forno autolimpante, vidro duplo na porta do forno. Pés altos e resistentes, válvula de segurança que corta a saída de gás caso a chama do forno se apague acidentalmente. O	01	R\$ 955,88	R\$ 955,88



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	produto deverá possuir certificado do inmetro, manual de instrução em português, assistência técnica autorizada e selo de eficiência energética "a", preferencialmente. Voltagem bivolt ou 110 v. Garantia mínima de 12 meses.			
25	Mesa reta econômica em MDP ou MDF mínimo 18 mm , com medidas mínimas de 1,50m de comprimento, 0,70m de largura e 0,74 de altura, produzida em painel de madeira no PADRÃO PRETO , tampo com espessura mínima de 18mm e pés em aço, com 3 gavetas com chaves padrão escritório.	08	R\$ 614,98	R\$ 4.919,84
26	Mesa reta econômica em MDP ou MDF mínimo 18 mm , com medidas mínimas de 1,50m de comprimento, 0,70m de largura e 0,74 de altura, produzida em painel de madeira no PADRÃO COLORIDAS , tampo com espessura mínima de 15mm e pés em aço, com 3 gavetas com chaves padrão escritório.	08	R\$ 614,98	R\$ 4.919,84
27	Armário para escritório, material MDP ou MDF, espessura mínima 18mm , cor a definir, dimensões mínimas: altura 1,58m x largura 0,75 cm x profundidade 0,38 cm, 2 portas, com chaves e prateleiras.	08	R\$ 908,11	R\$ 7.264,88
28	Nicho organizador com 9 gavetas branco/colorido . Descrição: nicho organizador; cor branco e diversas, Largura x comprimento: 108 cm x 33,5 cm, altura total 83 cm, quantidade de gavetas: 09.	02	R\$ 784,48	R\$ 1.568,96
29	Mesa retangular para reunião em MDF de 40 mm , acabamento em fita, medidas mínimas: 2,00 x 1,00 x 0,75 m, estrutura metálica tubular na cor preta. pé painel em MDP BP 25mm com borda em PVC 0,45mm. Cor a se definir. Garantia no mínimo de 01 (um) ano.	02	R\$ 1.156,33	R\$ 2.312,66
VALOR TOTAL				R\$ 279.965,41

QUADRO 1 - Proposta de preço.

2.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 279.965,41 (Duzentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)**.

2.3. Os itens inclusos no quadro 1 foram definidos conforme plano de trabalho do convênio firmado entre o Município de Paranaguá e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Alguns itens previstos no Plano de Trabalho tiveram suas especificações alteradas em virtude da necessidade de adequação às condições práticas de utilização, garantindo maior eficiência, durabilidade e funcionalidade.

Destaca-se que tais alterações não modificam a finalidade do objeto pactuado, mas apenas aprimoram suas características técnicas de modo a assegurar melhor aproveitamento dos recursos públicos e a plena execução das atividades previstas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.3.1. Para os itens referente a Processamento de dados (itens 2 e 4) as alterações foram ajustadas para atender aos requisitos técnicos de programas específicos utilizados pelo CAICAVV, garantindo a plena execução das atividades sem prejuízo da finalidade do objeto e de acordo com o estabelecido pelo Departamento de Tecnologia a seguir:

2.3.1.1. COMPUTADOR – Especificações Técnicas

Processador: Intel® Core™ i5-14500T vPro® de 14ª geração;

Memória RAM: 16 GB instalados;

Armazenamento: SSD de 512 GB;

Gabinete: Tipo *mini desktop* (formato reduzido), com volume máximo de 1,2 L;

Fonte de Alimentação: Fonte externa AC bivolt automática (100–240V).

Periféricos:

- **Teclado:** Padrão ABNT-II, conexão USB, com teclas de atalho do Microsoft Windows; cabo de no mínimo 1,5 m de comprimento.
- **Mouse Óptico:** Conexão USB, com leitor biométrico integrado e 3 botões.

Sistema Operacional:

- Licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível.

Monitor:

- Tecnologia LCD, na cor preta;
- Tamanho mínimo: 21,5";
- Resolução: 1920 × 1080 pixels, 60 Hz;
- Conectividade mínima: 1x DisplayPort, 1x VGA, 1x HDMI e 4x USB 5 Gbps;
- Acessórios inclusos: cabo de alimentação, cabo DisplayPort (mínimo 1,7 m), cabo USB 5 Gbps e cabo HDMI.

Observação:

Não serão aceitos monitor, teclado ou mouse produzidos em regime OEM ou personalizados. Estes deverão ser manufaturados pelo mesmo fabricante do computador.

2.3.1.2. NOTEBOOK – Especificações Técnicas Mínimas

- **Processador:**
 1. Deverá possuir processador Intel® Core™ i5-1345U SIPP, ou superior.
- **Memória RAM:**
 1. Deverá possuir, no mínimo, 16 GB de memória DDR5, 5600 MT/s;
 2. Deverá permitir expansão para, no mínimo, 32 GB, com suporte a *dual channel* ativado.
- **Armazenamento:**
 1. Deverá possuir unidade de estado sólido (SSD) com capacidade mínima de 256 GB.
- **Tela:**
 1. Deverá possuir tela LED *widescreen*, com tamanho mínimo de 14" (catorze polegadas);
 2. Resolução mínima: Full HD (1920 × 1080 pixels);
 3. Brilho mínimo: 250 nits;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4. Tecnologia: IPS;
5. Acabamento: *Anti-Glare* (antirreflexo).
- **Áudio e Vídeo:**
 1. Deverá possuir 1 (uma) saída de vídeo digital HDMI;
 2. Deverá possuir 1 (um) conector combinado para microfone, fone de ouvido e alto-falantes estéreo.
- **Conectividade:**
 1. Deverá possuir, no mínimo, 3 (três) portas USB tipo A, sendo pelo menos 2 (duas) compatíveis com USB 3.2;
 2. Deverá possuir interface *Wireless* integrada, padrão Wi-Fi;
 3. Deverá possuir *Bluetooth* versão mínima 5.0.
- **Recursos Integrados:**
 1. Webcam integrada ao gabinete;
 2. Microfone integrado ao gabinete.
- **Sistema Operacional e Softwares:**
 1. Deverá acompanhar licença original do Windows 11 Pro, em português, última versão disponível;
 2. Deverá acompanhar licença original do Microsoft Office Home & Business 2024, **Part Number: EP2-06610** (ou equivalente oficial fornecido pela Microsoft).

2.4 A estimativa do valor foi realizada com base em cotações de preços com fornecedores, atas de registros e painéis de preço e sítios eletrônicos.

2.5 Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, adota-se como regra a publicidade dos atos administrativos, visando assegurar a transparência e a ampla competitividade do certame.

2.5.1 No presente caso, entende-se que a divulgação do orçamento estimado não compromete a obtenção da proposta mais vantajosa, tendo em vista que:

- o objeto possui características padronizadas e ampla oferta no mercado;
- há elevado número de potenciais fornecedores, favorecendo a concorrência;
- os preços praticados são amplamente conhecidos e facilmente estimáveis pelos licitantes;
- não há risco relevante de conluio ou de direcionamento de propostas em razão da publicidade do valor estimado.

2.5.2 Dessa forma, conclui-se que a publicidade do orçamento estimado, contribuirá para a a transparência do certame, sem prejuízo à competitividade, razão pela qual não se justifica a adoção de sigilo.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (CAICAVV) foi inaugurado no dia 21 de dezembro de 2021, sendo regulamentado através da Lei nº 4.103, e teve o início de suas atividades a partir de janeiro de 2022. O principal objetivo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

do Centro Integrado se configura na materialização de uma política intersetorial e multiprofissional direcionada ao atendimento a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e foram vítimas de violência no município de Paranaguá/PR;

3.1.2. Nessa esteira, imbuído por uma organização inovadora, o CAICAVV é enredado por uma equipe com profissionais representantes de políticas públicas e sociais, como: Assistência Social, Saúde e Educação;

3.1.3. A estrutura única do CAICAVV permite um rápido fluxo de atendimento, minimizando a revitimização de jovens vítimas ao limitar a necessidade de repetir suas experiências traumáticas em diferentes contextos. A abordagem intersetorial proporciona uma compreensão mais profunda e completa das situações vivenciadas, permitindo que intervenções mais efetivas sejam planejadas e materializadas;

3.1.4. O Centro de Atendimento tem como objetivo ofertar um serviço especializado de acolhimento, atendimento e acompanhamento integrado, por intermédio da articulação de ações no âmbito da assistência social, saúde e educação, às crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência no município de Paranaguá/PR e para que tenha eficácia é necessário a modernização da infraestrutura dos espaços e dos equipamentos utilizados;

3.1.5. É nesse contexto que surge a necessidade da continuidade ao acordo com o Convênio 950698/2023 firmado entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Município de Paranaguá para a **EQUIPAGEM DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS de acordo com o Convênio 950698/2023 firmado entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Município de Paranaguá**, visando a modernização dos equipamentos tecnológicos das salas de atendimento e acolhimento do Centro Integrado e remodelar o mobiliário do atendimento e acolhimento do CAICAVV;

3.2. A presente aquisição por meio de processo licitatório justifica-se pela necessidade de dar continuidade à execução do Plano de Trabalho do Convênio 95069/2023, contemplando especificamente os itens ainda não adquiridos. Ressalta-se que a seleção destes objetos observa o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de planejamento, bem como no art. 11, que estabelece a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório. Assim, a licitação em curso visa assegurar o cumprimento integral das metas pactuadas junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a adequada execução do ajuste firmado e a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

correta aplicação dos recursos públicos, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho e com a legislação vigente.";

3.3. Os itens previstos nos contratos 151/2024, 153/2024, 154/2024 e 161/2024 (Anexo VI) do Pregão nº 13/2024, não foram adquiridos em razão da indisponibilidade de recursos financeiros no período da vigência contratual. Apesar de regularmente licitados e adjudicados, não foi possível formalizar o empenho devido ao lapso temporal no repasse das verbas necessárias, situação que inviabilizou a execução da despesa. Destaca-se que, conforme a legislação vigente, a Administração Pública somente pode assumir obrigações dentro dos limites da disponibilidade orçamentária e financeira, de modo a garantir a responsabilidade fiscal e a legalidade do processo. Assim, diante da ausência de recursos no momento oportuno, os itens não puderam ser adquiridos, sendo necessária a realização deste certame, a fim de atender ao plano de Trabalho do Convênio 950698/2023 da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento e Igualdade Racial;

3.4. A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista serem objetos de bem comum;

3.5. O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços de acordo com a Instrução Normativa Municipal nº 003/2015, 005/2018 e Acórdão 3569/2023, conforme anexo II deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Nota de Empenho;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.2. Os equipamentos a serem adquiridos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição do Termo de Referência, para que a essa aquisição supra as necessidades da Instituição. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade;

6.3. Efetuar a entrega dos equipamentos conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, de acordo com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.4. Assistência Técnica dos equipamentos: Os itens que a contratada fornecer devem possuir assistência técnica credenciada pelo fabricante em território nacional ou nos locais de entrega dos equipamentos, a ser prestada por profissional qualificado e treinado pelo próprio fabricante do objeto;

6.5. Atender as especificações contidas no termo de referência e edital de habilitação.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. FORMA DE ENTREGA

7.1.1. Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias contados da solicitação por parte da CONTRATANTE, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação da contratada, devidamente fundamentado e autorizado pela Secretaria;

7.1.2. A CONTRATADA deverá agendar data e horário para entrega do objeto junto a(o) fiscal do contrato, pelo telefone da Secretaria responsável com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta, das 08h:00m às 11h:00m e das 13h:00m às 17h:00m, podendo ser realizada a critério da CONTRATANTE;

7.1.3. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos itens entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste termo de referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências;

7.1.4. Caso os itens não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração;

7.1.5. Os itens serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório;

7.1.6. Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. Os equipamentos que forem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

recusados, a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá;

7.1.7. Se a entrega e/ou a substituição dos itens não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato;

7.1.8. Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento;

7.1.9. O recebimento dos itens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos equipamentos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, Rua Baronesa do Cerro Azul, nº 2382, Palmital CEP 83206-225 Paranaguá-PR quando da solicitação dos produtos, por servidor do Município de Paranaguá, devidamente autorizado e que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues;

8.2. A entrega deverá ser realizada de **segunda-feira a sexta-feira**, das 08h:00m às 11h:00m e das 13h:00m às 17h:00m, devendo a Contratada agendar a entrega com antecedência mínima de 02 (duas) horas através do telefone número **(41) 3721-1760**;

8.3. O servidor de carreira responsável pelo recebimento do produto na Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, será a Sra. Maria de Lourdes da Silva – Matrícula: 10360;

8.4. Ficarão a cargo da(s) empresa(s), as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação;

8.5. O recebimento dos insumos fornecidos ou serviços realizados, compreende duas etapas distintas a seguir discriminadas:

- Provisoriamente, no momento dos abastecimentos ou entrega dos insumos e;
- Definitivamente, em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal, após comprovada a adequação aos termos do Edital, da proposta e deste



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições, por meio de documento de aceite emitido pelo Departamento contratante.

8.6. Havendo a constatação imediata de inadequação do tipo de insumo fornecido, deverá ser efetuado a correção imediatamente;

8.7. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as devidas especificações. Nesta hipótese, os insumos já consumidos e rejeitados não serão contabilizados para efeito de pagamento, devendo a não conformidade ser identificada como descumprimento contratual;

8.8. A CONTRATADA deverá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até o saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

8.9. Caso ocorra fornecimento do material, será considerado produto não fornecido, cabendo a contratada arcar com todos os custos decorrentes da irregularidade;

8.10. Os materiais deverão obedecer às Normas Brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que couber.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

9.3. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Ata e eventuais contratos;

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

9.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV); **6.7.4.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

9.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

9.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

9.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

9.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

9.7.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

9.7.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

9.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

9.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

9.10. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato;

9.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.11. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s);

9.12. O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto são de responsabilidade dos servidores nomeados no item 6.2.3 deste termo de referência, e determinarão o que for necessário para regularização de falhas ou defeitos nas suas faltas ou impedimentos, aos seus substitutos;

10. DO RECEBIMENTO

10.1. Os itens serão **recebidos provisoriamente** pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

10.2. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#));



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.3. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#));

10.3.1. O fiscal realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico;

10.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do fornecimento realizado em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.5. O fornecimento será **recebido definitivamente** pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#));

10.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

10.5.4. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

10.5.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. DO FATURAMENTO

11.1. Após comunicação do gestor do contrato **e no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011);

11.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização;

11.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento;

11.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006;

11.5. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais;

11.6. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária;

12.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

12.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;

12.5. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

13. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do **critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM.**

14. A HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.1. Encerrada a etapa de julgamento das propostas, será realizada a verificação dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado para o objeto do item de acordo com o Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I – poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II – será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

14.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital;

14.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

14.4. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15. SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS

15.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório

15.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

15.5.1. À habilitação jurídica;

15.5.2. À qualificação econômico-financeira;

15.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4. Ao cumprimento do art. 68 – inciso VI – disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

16. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

16.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

16.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

16.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

16.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.8.7 Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

16.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital;

16.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

16.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação;

16.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública;

16.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação;

16.12. Documentação complementar:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.12.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

16.12.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

16.12.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

16.12.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal;

16.12.5. Declaração de idoneidade;

16.13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado;

16.14. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

17. DAS PENALIDADES

17.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas nos incisos I à XII do artigo 155 da Lei Federal n. 14.133/2021;

17.2. No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 30% (trinta por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente;

17.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

c) impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até no máximo 3 (três) anos, nos casos previstos no § 4º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

d) declaração de inidoneidade, nos casos previstos no § 5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

17.4. Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

17.5. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação;

17.6. As sanções previstas nas alíneas A, C e D da cláusula 15.3 deste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea B da referida cláusula.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1. Comprovante de fornecimento dos itens de maior relevância, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas dentro de um período de 12 (doze) meses, considerando a validade da ata, que também é de 12 (doze) meses;

18.2. Comprovação através de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que atua no ramo de atividades com fornecimento anterior com características técnicas, em quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste procedimento licitatório conforme exigido em edital;

18.3. A licitante deverá ter como linha de fornecimento atividade compatível e similar ao do objeto da presente licitação.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial**, mediante das seguintes dotações/referências:

- 18.002.6006.1665.3449052 – Vínculo 1878
- 18.002.6006.991.3449052 – Vínculo 1000

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes

do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

20.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

20.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Paranaguá, 08 de abril de 2026

Carolina de Miranda Evangelista Lourenço

Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO II

MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
E A EMPRESA _____.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através Da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, devidamente inscrito no CNPJ sob nº x.x.x.x.x.x.x.x.x.x., com sede na Rua Baronesa do Cerro Azul, nº 2382, Palmital, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pela Ilma. Sra. Carolina de Miranda Evangelista Lourenço, nos termos do Decreto Municipal _____Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr.(a). _____ (CI. RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, Decreto 10024/2019, LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

a) - Edital de Pregão Eletrônico 026/2026.

b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1. O objeto do presente contrato é a **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes**, conforme Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social) e Igualdade Racial, nos termos do procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:

18.002.6006.1665.3449052- 1878

18.002.6006.991.3449052-1000

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A duração do contrato, regida pela Lei 14.133/21, será de 12 (doze) meses, e deverá ser observado, no momento da contratação, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual.

CLÁUSULA QUARTA – PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias contados da publicação por parte da CONTRATANTE, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação da contratada, devidamente fundamentado e autorizado pela Secretaria.

4.2. A CONTRATADA deverá agendar data e horário para entrega do objeto junto a(o) fiscal do contrato, pelo telefone da Secretaria responsável com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, podendo ser realizada a critério da CONTRATANTE;

4.3. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

4.4. Caso os itens não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela administração.

4.6. Os itens serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no termo de referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.7. Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. O objeto que forem recusados, a critério da Administração, deverá ser substituído, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.8. Se a entrega e/ou a substituição dos itens não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato.

4.9. Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

4.8. O recebimento dos itens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante ordem bancária;

5.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta a CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

5.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

5.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;

5.5. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do imposto sobre a Renda(IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que seja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dos itens de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 5 do Termo de Referência..

6.2. Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o material que vier a ser recusado;

6.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

6.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;

6.6. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos materiais, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.7. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021;

6.8. se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação bem como encontrar-se em irregularidade perante o INSS e FGTS;

6.9. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados a CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

6.10. A CONTRATADA deverá substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.

6.11. Demais condições constam nas disposições editalícias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

7.3. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;

7.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

7.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelo fiscal apresentado pela Secretaria Municipal de Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial de Paranaguá PR ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, será indicado servidora estável para o acompanhamento:

FISCAL: Maria de Lourdes da Silva, matrícula 10360;

CLÁUSULA NONA – REVISÃO DE PREÇOS

9.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

9.1.1 O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato, índice IPCA NACIONAL

9.2.1.1 A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

9.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

9.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

9.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

9.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

9.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.7. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

9.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

9.8.1 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar.

9.9 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito deverá ser processado e analisado pela Comissão Especial Permanente de Fiscalização dos Contratos Administrativos Municipais - CEFECA, nos termos do § 2º, do art. 47 da Lei Complementar Municipal 192/2016.

9.10 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

I - o evento seja futuro e incerto;

II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III - o evento não ocorra por culpa da contratada;

IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V - a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI - haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico - financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

9.11. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.

9.12. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.13. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

9.14. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e o disposto no art. 169 e seguintes do Decreto Municipal 4.319/2023, que são soberanas às previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

10.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

10.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;

b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

10.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos Lei nº 14133/2021;

10.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

10.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

10.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura do Município de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

10.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

13.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 14133/2021, Decreto 10024/2019, Lei Complementar nº 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passíveis de aplicação ao caso.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) - “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) - “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar, causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) - “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL

(Nome da empresa)

Testemunha

Testemunha



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Empresa: _____

Denominação social: _____

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____

Endereço: E-mail: Telefone: _____

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026.

2) Proponho executar o lote abaixo indicado, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTID	VALOR TOTAL (R\$)
	VALOR TOTAL				R\$

Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site www.compras.gov.br, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026.

Nome da Empresa

CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

O licitante _____, inscrito no CNPJ sob o _____, sediado na _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade RG _____, inscrito(a) no CPF sob o _____, residente e domiciliado na _____, DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

O licitante _____, inscrito no CNPJ sob o _____, sediado na _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade RG _____, inscrito(a) no CPF sob o _____, residente e domiciliado na _____, para cumprimento do previsto no inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CNPJ sob o _____, sediado na _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade RG _____, inscrito(a) no CPF sob o _____, residente e domiciliado na _____, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

O licitante _____, inscrito no CNPJ sob o _____, sediado na _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade RG _____, inscrito(a) no CPF sob o _____, residente e domiciliado na _____, DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO IX

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____

CPF Nº: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: _____

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo